

# GRAMÁTICA(S), ENSINO DE PORTUGUÊS E “ADEQUAÇÃO LINGÜÍSTICA”<sup>1</sup>

Maria Eugenia Lammoglia Duarte  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq)

Carolina Ribeiro Serra  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

## RESUMO

Neste artigo discutimos conceitos de **gramática**, numa tentativa de mostrar que há apenas dois significados e que eles não se encontram em distribuição complementar, como costumam sugerir algumas publicações destinadas ao ensino do português. A partir de um deles, o de gramática como conhecimento que todo falante tem de sua língua, voltamos nossa atenção ao que se tem referido como **adequação linguística**, mostrando o equívoco que subjaz a este conceito e que conduz à oposição formalidade/informalidade. Como veremos, tal oposição corresponde, na verdade, a regras próprias da gramática brasileira, em face da lusitana, e só os indivíduos mais escolarizados e com maior contato com a escrita podem transitar com maior ou menor facilidade de uma gramática para outra. Nossa discussão sobre “adequação de linguagem” e “mudança de gramática” necessariamente irá passar pela codificação das normas que guiam nossa gramática tradicional, em grande parte inspiradas no modelo europeu, e pelas consequências que tal gesto provocou, aumentando a natural distância entre gramática da fala e gramática da escrita entre nós. Uma breve análise de letras de *raps* e *funks* portugueses e brasileiros, um gênero musical muito popular, mostrará o que é de fato “informalidade” e o que é “gramática”. Concluímos este artigo com uma reflexão sobre a importância de ensinar a “gramática da escrita” a partir de descrições da escrita contemporânea, sem ignorar que este é um grande passo para o aluno e que ele deve ter consciência disso. Propostas recentes de “intervenção pedagógica” no sentido de ensinar novas regras que não fazem parte do desempenho do aluno parecem justas e necessárias,

mas é importante valorizar a gramática do aluno a fim de não aprofundar o preconceito linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Conceitos de gramática; estilo e gramática; adequação linguística; fala e escrita.

## 1 Introdução

Este artigo tem por principal objetivo discutir o real significado do termo “adequação linguística” e a forma equivocada pela qual a expressão tem sido tratada em manuais voltados ao ensino de português. Essa discussão passará, na seção 2, pelos conceitos de gramática, que devemos, sem dúvida, ao desenvolvimento dos estudos linguísticos entre nós e que acabaram por nos conscientizar da imensa distância que separa as variedades faladas das variedades escritas do português brasileiro. Nessa seção, tentamos mostrar que os diferentes conceitos não fazem parte de um conjunto, tal como são mostrados, distinguindo a “gramática” – conhecimento que todo falante tem de sua língua, independentemente do acesso à escola – de “gramáticas”, ou manuais de natureza e propósitos diversos, que se propõem a descrever sistemas linguísticos ou a elencar normas de uso. Em 3, nos detemos nas diferenças entre a gramática da fala, adquirida como L1, e a gramática da escrita brasileira, aprendida através do processo de letramento e mostramos que tal diferença nada tem a ver com “adequação linguística” e sim com uma mudança de gramática, só possível ao indivíduo que, além de passar razoável número de anos na escola, tem estreito e constante contato com a escrita. Para sustentar nossa afirmação, nos valem, ainda na seção 3, de letras de “rap” e “funk” – escritas em português europeu e brasileiro – que vão permitir mostrar que “informalidade” e “gramática” não se confundem. Finalmente, na seção 4, traremos uma reflexão sobre a distância entre a gramática da fala e a da escrita no Brasil, o que está na raiz da oposição formal/informal, mostrando a importância de ensinar ao aluno traços da gramática da escrita, com base em descrições atuais, que nos revelam uma escrita já bem distante do modelo estabelecido na virada do Século XIX, com base no português europeu. Concluímos que este ensino deve ser feito com o cuidado que cerca o ensino de uma segunda língua. Propostas recentes de “intervenção pedagógica”, através de “sequências didáticas” para levar o aluno a dominar traços que não fazem parte de seu desempenho, devem ser conduzidas com

muito cuidado e conhecimento da extensão dos fenômenos variáveis no Brasil, sob pena de não alcançarem seu objetivo e acabarem por aumentar o preconceito.

## 2 Conceitos de gramática

A palavra **gramática** sempre nos leva a pensar nos manuais utilizados na escola, cheios de regras e exceções. Este é realmente um tipo de gramática entre outros. Antes, porém, de pensarmos em gramática como um compêndio que traz algum tipo de informação sobre determinada língua, é preciso lembrar um conceito de gramática que se sobrepõe a todos os outros, que nada tem a ver com um livro, que não faz parte do ensino escolar. Esse tipo de gramática de que tratamos a seguir não faz parte do mesmo conjunto que os que aparecem em 2.2.

### 2.1 A gramática de todos nós

Trata-se, na verdade, de um patrimônio de todos. É aquilo que se costuma chamar de **gramática internalizada** (referida na teoria gerativa como Língua-I, ou interna), cuja aquisição se dá de forma natural, durante a infância, à medida que a criança é exposta aos dados de sua língua materna no meio em que é criada. Ao final do processo de aquisição, por volta dos cinco anos, a criança tem todos os valores de sua gramática fixados.

Embora seu **desempenho** (também referido na teoria gerativa como língua-E, ou língua externa) revele aspectos variáveis da fala que lhe serviu de *input* (da fala de seus pais, parentes, cuidadores, etc., tais como supressões ou inserções de segmentos, por exemplo, como em “made[y]ra”, “do[w]ze”, “na[y]scimento”, “os menino[s]”, “eles me contou/contaram”), todos adquirem as mesmas propriedades abstratas (Língua-I ou interna), no que se refere, por exemplo, à ordem dos constituintes dentro do Sintagma Nominal, dentro da oração, dentro do período; à constituição silábica; ao conjunto de melodias de sua língua, entre outros aspectos.

Ninguém diz “menino o”; “ao cinema foi Maria ontem”; “você no viu cinema o João”; “o filme foi bom eu vi ontem que”; “se ele foi ao cinema eu perguntei”. Todo falante do português rejeita essas estruturas, sabe que elas não são estruturas **gramaticais**, isto é, não fazem parte de sua gramática. E não foi na escola que ele adquiriu esse conhecimento. Ele se construiu naturalmente, rapidamente e de

maneira surpreendentemente ordenada. Esta é a gramática que constitui patrimônio de todos, escolarizados ou não, e que nos permite conviver com nossos semelhantes, trabalhar, nos divertir, discutir, viver. Esta é a tal gramática internalizada, que todo falante exposto a algum tipo de estímulo e que não sofra de algum comprometimento fisiológico ou mental “adquire” naturalmente, sem qualquer esforço.

O contato com a escola e a leitura, caso esse indivíduo tenha essa oportunidade, pode acrescentar outras estruturas a essa gramática internalizada e levá-lo, através da “aprendizagem”, a utilizar formas que não fazem parte da sua Língua-I, mas que podem aparecer quando ele escreve ou quando monitora/controla sua fala em situações mais formais, sobre as quais falaremos na seção 3.

Fica claro, portanto, que o que é gramatical ou agramatical em determinada língua nada tem a ver com as noções de certo e errado, da tradição gramatical, perpetuadas nos livros didáticos, nas colunas publicadas em jornais e mesmo no discurso dos próprios professores. Cada falante tem a sua Língua-I e pode fazer *juízos de gramaticalidade* sobre os enunciados que ouve. Ele pode julgar se uma frase de sua língua está bem formada, em relação às regras da gramática que ele adquiriu na infância e que ele tem em comum com todos os outros indivíduos que compartilham esse conhecimento de sua língua; essa aptidão pertence à competência dos falantes, não depende nem da cultura, nem do grupo social a que ele pertence (DUBOIS *et alii*, 2001).

Em outras palavras, o falante constata a “agramaticalidade” ou a “gramaticalidade”; ele não formula uma “apreciação”. Se a frase é possível naquela gramática, o falante nativo a entende perfeitamente, a menos que desconheça o significado de um item lexical, por exemplo. Se há diferenças entre os falantes sobre a gramaticalidade de uma frase, é que suas competências (suas gramáticas) são variantes do mesmo sistema ou constituem sistemas diferentes. Uma frase como (1) a seguir, por exemplo, pode ter duas interpretações para um falante brasileiro (2a e 2b) e apenas uma para um falante português (3):

- (1) O João é difícil de pagar (Galves, 1987: 40)
- (2) a. É difícil pagar o João (PB)  
b. É difícil o João pagar (PB)
- (3) É difícil pagar o João (PE)

Enquanto para o falante do português brasileiro (PB) o constituinte [o João] pode ser sujeito ou objeto de “pagar”, um falante do português europeu (PE) só interpreta esse constituinte como objeto. Uma evidência adicional dessa diferença está em (4), em que [o João] aparece numa oração com o objeto realizado por outro constituinte – uma estrutura perfeitamente gramatical para um brasileiro, mas agramatical para um português (como mostramos pelo asterisco diante da sentença)<sup>2</sup>.

- (4) a. O João é difícil de pagar o condomínio (PB)  
b. \*O João é difícil de pagar o condomínio (PE)

Os julgamentos de gramaticalidade de uma (variedade) de língua é que evidenciam as regras da sua gramática. Para que a noção gramaticalidade vs agramaticalidade fique bem clara, vamos ilustrar esse conceito nos diferentes níveis da gramática:

- (5) No nível fonético  
a. [k]ravo - [b]ravo - \*[l]ravo  
b. globo - g[l]obo; g[r]obo; \*g[t]obo  
c. altura - a[w]tura; a[ʃ]tura; a[l]tura/ lata - \*[u]ata
- (6) No nível morfológico  
a. peguei - \*eipeg  
b. cantava - \*vacanta  
c. voar - [a]voar - voa[Ø] - \*arvo
- (7) No nível morfossintático  
a. as garotas bonitas – as garota bonita - \*garotas bonitas as  
b. os meninos viajaram – os menino viajou - \*o menino viajaram

Qualquer falante do português brasileiro, mesmo que possa não realizar uma ou outra forma no seu desempenho linguístico, pode constatar a gramaticalidade ou agramaticalidade nos exemplos acima. Em (5a e 5b), vemos que na constituição do ataque silábico complexo (formação de grupos consonânticos), há restrições tanto em relação às consoantes que podem ocupar a primeira posição no grupo (5a) quanto em relação às que podem ocupar a segunda posição (5b). Em (5b) o sistema permite as consoantes [l] e [r], mas não [t], e todo falante reconhece as duas primeiras formas, embora possa usar apenas a primeira ou a segunda; são, pois, ambas gramaticais!

No que se refere ao desempenho, os falantes também são sensíveis aos contextos em que pode haver mais de uma possibilidade para a representação do mesmo lugar da gramática. Como se vê, o que está em jogo nos exemplos em (5c) é a posição da consoante na sílaba, o que irá possibilitar (em coda silábica/final de sílaba – a[w]tura) ou não (em ataque silábico/início de sílaba – \*[u]ata) aspectos variáveis no desempenho (COLLISCHONN, 2010).

Também em relação ao nível morfológico, as regras da nossa gramática dão conta da boa formação dos verbos, por exemplo, em (6a e 6b): as desinências número pessoais/modo temporais devem ser incorporadas após o tema dos verbos. No que se refere à forma infinitiva em (6c), podemos ver que aspectos de desempenho estão envolvidos na possibilidade de apagamento do *R* em coda silábica, marca do infinitivo, e também na produção da forma “avoar”, igualmente gramatical. De imediato, o falante é capaz de julgar \*arvo como agramatical, ou seja, impossível de ser gerada na gramática da sua língua.

Os exemplos se multiplicam e estão também representados pela ausência de marca de concordância verbal e nominal (NARO & SCHERRE, 2003; BRANDÃO & VIEIRA, 2012), muito combatida pelos professores, à qual também subjaz uma regra. Em (7a), são gramaticais tanto a marcação redundante da concordância de número nos elementos do sintagma nominal (SN) como também a marcação de número “econômica”, já que recai sobre o elemento mais à esquerda do sintagma: isto é, são ambas reconhecidas, entendidas pelo falante de uma língua; não é, entretanto, possível, a ordem em que o artigo (elemento determinante) ocupa a última posição, mesmo com a marcação redundante de plural. O mesmo acontece em relação à concordância verbal, em (7b): todas as marcas de plural podem estar presentes ou a marcação pode se dar no(s) elemento(s) mais à esquerda, que encabeça(m) a sentença. O indivíduo não precisava ir à escola para saber essas e as demais regras da sua gramática nem para reconhecer essas frases como pertencentes à sua gramática!

Por outro lado, as estruturas que o falante não reconhece como gramaticais, marcadas com o asterisco, nada têm a ver com a avaliação positiva ou negativa que ele pode vir a fazer sobre as formas sem o asterisco. Nenhum falante do português produziria essas formas porque elas são agramaticais – sua gramática interna não lhe permite produzi-las. Já a avaliação negativa de formas como g[r]

obo, [a]voar, as garota bonita, os menino viajou nada tem a ver com gramaticalidade, mas com um julgamento de valor sobre as formas linguísticas variantes, externo à própria língua.

## 2.2 Os compêndios gramaticais

Passemos agora aos **compêndios gramaticais**, começando pelo que conhecemos como Gramática Tradicional. Em primeiro lugar, vejamos o porquê do adjetivo **tradicional**. Trata-se de um modelo de gramática que continua a tradição gramatical europeia, pautada no modelo iniciado por gregos e continuado pelos romanos, que buscavam descrever a língua de sincronias mais antigas, que surgia em textos indecifráveis. Essas **descrições** eram feitas com base nos autores considerados “clássicos” e procuravam tomar como modelo de “bom uso” a gramática de sincronias anteriores. Vem daí, certamente, as constantes queixas de que língua boa era a língua das gerações passadas... Essa tradição continuou durante a Idade Média, ainda que se renovando no Renascimento, quando as línguas vernáculas da România se impuseram naturalmente sobre o latim, mas a origem do modelo, a inspiração nos “clássicos”, nas sincronias mais antigas, perdurou. Voltaremos à situação do Brasil em relação a Portugal no que diz respeito à codificação da “norma escrita padrão” pelas gramáticas.

Em geral nos referimos a essas gramáticas chamadas “tradicionais” (justamente porque remontam a uma tradição milenar) como **normativas**, esquecendo que elas são igualmente **descritivas**. É fácil perceber quando o gramático deixa de “descrever” e passa a elencar as “normas”. As conceituações, classificações, etc. são parte da **descrição**. As **normas** em geral são introduzidas por expressões como “não se deve...”, “é imperioso tal uso...”, “o bom uso da língua exige que...”.

As críticas feitas às gramáticas tradicionais, em geral, são de certa forma injustas, porque elas foram escritas em outro momento histórico. Costuma-se cobrar das mais antigas uma consistência teórica de que não se dispunha quando da sua preparação. Muitas delas, entretanto, têm sido reeditadas sem incorporar os avanços dos estudos linguísticos, sem sanar a inconsistência/incoerência dos conceitos utilizados na descrição da língua e sem atualizar os dados relativos ao uso **normal** da escrita, razão da imensa defasagem nas normas apresentadas e da grande dificuldade de gerações mais jovens entenderem os exemplos e as regras nelas apresentados. Veja-se

que, como essas gramáticas, pela “tradição”, utilizam como modelo a escrita (escrita!) literária de sincronias passadas, os exemplos são impenetráveis aos jovens que se dispõem a estudar nesses manuais.

Uma coisa, porém, é certa: tudo o que se fez em termos de **descrição** gramatical partiu das gramáticas tradicionais. E as revisões feitas com base nessas gramáticas não podem cobrar delas o que elas não podiam apresentar. (É comum encontrarmos em teses e dissertações comentários sobre o fato de as gramáticas tradicionais não incluírem tais e tais conceitos, tais e tais estruturas em seus quadros, por exemplo. Como poderiam fazê-lo, se foram produzidas antes de tais conceitos e tais estruturas aparecerem em nossa “gramática”?) O que podemos criticar é o fato de, em nossos dias, a descrição e as normas nelas contidas serem reeditadas sem qualquer atualização.

Ainda no que diz respeito às gramáticas tradicionais, é preciso lembrar que algumas delas adotaram a **Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)**, que consiste numa simplificação e unificação dos termos usados nas descrições das gramáticas, com fins pedagógicos. A NGB, que nada tem a ver com “norma” – e sim com “nomenclatura” – foi elaborada por filólogos e gramáticos a partir de um “anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira”, Portaria No. 152, de 24 de abril de 1957, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura, no Diário Oficial de 30/04/1957, p. 10.838 (sobre a NGB ver KURY, 1964; para comentários de linguistas sobre a NGB e a reprodução de todos os documentos oficiais que envolveram a elaboração da NGB, cinquenta anos depois, ver HENRIQUES, 2009). Essa simplificação serviu ao longo da segunda metade do Século XX e ainda serve à maioria dos livros didáticos adotados e distribuídos pelo MEC em nossos dias, e, embora careça de alguma atualização, não constitui o problema maior dos nossos livros didáticos. A Gramática de Rocha Lima (igualmente “tradicional”) não adota a Nomenclatura Gramatical Brasileira na sua íntegra, embora o gramático tenha feito parte da comissão que elaborou a simplificação. Não se confunda, portanto, Gramática Tradicional (GT), com NGB.

Deixando de lado a **descrição** presente em nossas gramáticas tradicionais (sem esquecer de que elas continuam a ser o ponto de partida das descrições linguísticas atuais) e voltando às **normas** que elas recomendam como reveladoras do bom uso da língua, é evidente que há uma imensa defasagem entre o que ali aparece e o que se pratica efetivamente na escrita contemporânea – seja porque algumas delas



nunca fizeram parte da gramática do português do Brasil escrito, seja porque outras caíram em desuso, sendo substituídas por novos usos, novas normas. Por isso, alguns jornais decidiram publicar **manuais de redação** próprios para orientar seus jornalistas sobre o que “já se pode” usar e o que “não se deve” mais usar, sob pena de soarem antigos ou de não serem entendidos pelos seus leitores! Algumas **gramáticas escolares** tentam igualmente, sem muito sucesso, fazer uma ponte entre a tradição e uma **escrita padrão** mais atual. O único resultado costuma ser uma simplificação grosseira das gramáticas, com a apresentação de exemplos mais legíveis, mas sem qualquer tipo de atualização nos conceitos. Os **livros didáticos**, embora busquem textos atuais, que inundam esses livros e são raramente bem explorados, costumam repetir a tradição em seus apêndices gramaticais, tanto no que diz respeito à **descrição**, que repete conceitos às vezes equivocados, às vezes inconsistentes ou contraditórios, quanto no que se refere às **normas**, geralmente distantes do uso na escrita padrão brasileira.

É patente a falta de informação por parte dos autores desses livros acerca das pesquisas que descrevem o português brasileiro, nas modalidades oral e escrita. É preciso esclarecer um ponto: por escrita padrão, entendem-se aqui as variedades de escrita veiculada em jornais e revistas de ampla circulação, em trabalhos acadêmicos, enfim a escrita produzida por indivíduos escolarizados e com contato frequente com a escrita. É preciso ainda lembrar que essa língua escrita não é uniforme. Embora em menor escala do que a fala, ela também apresenta significativa variação. E, a depender do gênero textual, muitos aspectos gramaticais da fala já ganham espaço na escrita. Embora a escrita seja uma modalidade mais conservadora, é natural que também ela mude com as novas gerações substituindo as mais velhas. É lamentável que as gramáticas normativas não incorporem os resultados de inúmeros trabalhos acadêmicos que descrevem a escrita padrão atual em toda a sua variedade. Voltaremos a este ponto na seção 3.

## 2.3 As gramáticas descritivas recentes

Para finalizar esta seção, é importante mencionar algumas gramáticas elaboradas no âmbito da linguística contemporânea, com o

suporte de uma **teoria** e com base em uma **variedade** (culto, popular, urbana, rural) ou **modalidade** (falada, escrita) da língua. Em comum, nenhuma delas tem caráter normativo.

A Gramática de Usos do Português, de Maria Helena Moura Neves, publicada em 2000, descreve o uso da língua a partir de dados da escrita de jornais, sob a perspectiva da Teoria Funcionalista. A Gramática da Língua Portuguesa de Maria Helena Mira Mateus *et alii* (2003), de base gerativista, descreve o português europeu contemporâneo sem se servir de uma amostra determinada, mas utilizando dados reconhecidos como do português europeu contemporâneo. Ainda sobre o português europeu, foram publicados, pela Fundação Calouste Gulbenkian, em outubro de 2013, os dois primeiros volumes da *Gramática do Português* (RAPOSO *et alii*), obra que é resultado do trabalho de quarenta professores e pesquisadores de universidades portuguesas e estrangeiras. Cumprindo o propósito de ser um texto legível a um graduando ou graduado interessado no estudo de gramática, o trabalho concilia a visão tradicional com os avanços dos estudos de linguística a partir de meados do Século XX. Em 2.400 páginas, além das áreas já conhecidas, novas áreas foram incorporadas – a semântica, os processos de lexicalização e de gramaticalização, os pressupostos básicos da linguística textual, entre muitos outros. Para a descrição e exemplificação, além de exemplos construídos, foram também usados dados de língua falada formal e informal e de língua escrita literária, jornalística, técnica e científica, o que contribui para um melhor conhecimento dos vários registros em que o português é produzido.

Mais recentemente, temos a Gramática do Português Brasileiro (2010), de Ataliba de Castilho, além de uma Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (2011), de Marcos Bagno, que colocam em primeiro plano a valorização da língua que falamos (ao final deste artigo, mencionaremos alguns estudos sobre a descrição da escrita brasileira contemporânea).

A Gramática do Português Culto Falado no Brasil, fruto de um projeto coordenado por Ataliba de Castilho, que se desenvolveu ao longo de quase vinte anos de trabalho sobre a amostra do Projeto NURC – Norma Urbana Culta, contemplando a fala de cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), teve seus resultados consolidados publicados a partir do volume dedicado à construção do texto falado (JUBRAN & KOCH, 2006),

seguindo-se o volume dedicado às classes de palavras e processos de construção (ILARI & NEVES, 2008), e o terceiro, dedicado à construção da sentença (KATO & NASCIMENTO, 2009). Mais recentemente, apareceram os volumes dedicados à fonologia (ABAURRE, 2013) e novas edições vêm sendo lançadas ou reeditadas, entre as quais ILARI (2014, 2015) e KATO & NASCIMENTO (2015).

Para finalizar essa nossa discussão sobre GRAMÁTICA (conhecimento, que é privilégio de todo falante) e gramáticas (volumes diversos), ressaltamos que gramáticas cujo objetivo não é apresentar normas são sempre descritivas. Podem ser *sincrônicas*, se tomam dados do momento em que são escritas; podem ser *históricas*, se procuram descrever outras sincronias ou estágios de uma língua, procurando unir a história interna à sua história externa; podem ser *comparadas*, se buscam comparar diferentes línguas ou diferentes variedades de uma língua...

### 3. Gramática da fala, gramática da escrita e a tal *adequação linguística*

Como a gramática da fala é dinâmica e variável e a da escrita é mais conservadora (embora também apresente variação), sempre haverá razoável distância entre uma modalidade e outra, em qualquer língua, distância que é, às vezes, excessiva, se não se procede, de tempos em tempos, a uma atualização das normas que guiam o ensino escolar à luz de dados da escrita contemporânea. O trabalho de letramento e o ensino da escrita mais padronizada nas escolas de ensino fundamental e médio só podem ser bem sucedidos se levarem em conta essa distância; daí a importância de que os professores tenham consciência da *precedência* da fala sobre a escrita; tenham a noção de que seus alunos dominam perfeitamente sua língua (isto é, têm uma gramática internalizada absolutamente bem formada) mas precisam de ajuda para “aprender” tudo aquilo que já não está presente (ou nunca esteve) nos dados que constituíram a base da sua aquisição, que se mantém. Parece que a prática da leitura e da escrita constituem o melhor caminho para o êxito nesse trabalho.

Não podemos, entretanto, deixar de mencionar a considerável distância entre a fala e a escrita no Brasil. Tampouco podemos deixar de mencionar que as normas apresentadas nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos que a difundem foram codificadas à luz das

normas lusitanas de fins do Século XIX, que àquela altura já estavam bem distantes da escrita que vinha se desenvolvendo no Brasil desde o período colonial. Esse gesto de uma elite brasileira, que tinha feito seus estudos em Portugal e que acreditava na superioridade do português d'além mar, nos trouxe mudanças que contrariavam normas mais antigas (conservadoras) aqui praticadas (cf. PAGOTTO 1998, 2013). Com o tempo, a gramática brasileira começou a se impor nos textos escritos, e o que vemos hoje na escrita brasileira é o resultado do embate entre traços da gramática lusitana e traços da gramática brasileira, o que leva, frequentemente, a casos curiosos de hipercorreção – traços que não fazem parte nem da escrita de cá nem da de lá! É justamente esse gesto que está na raiz do fenômeno que veio a ser tratado como “adequação linguística”.

Ao longo de todo o Século XX, as diferenças entre fala e escrita eram atribuídas a uma oposição formal X informal; muitas vezes a explicação ia além, atribuindo certos “brasileirismos” à maior docilidade do brasileiro e à maior rispidez do europeu.

Ora, é natural que, num país colonizado, as normas que regulam a “escrita mais padronizada padrão”, normalmente confundida com *língua culta* (observem que a língua culta inclui a fala e a escrita e as pesquisas que temos feito mostram que a fala culta não se distingue muito da fala popular, excetuando-se o maior ou menor uso de marcas de concordância verbal e nominal, cf. NARO & SCHERRE, 2003; BRANDÃO & VIEIRA, 2012, entre muitos outros), tomem como modelo as normas do colonizador. Com o português brasileiro a situação foi um tanto mais grave, como dissemos acima. De fato, algumas normas de uso do português brasileiro, que eram comuns no português europeu dos séculos XVI e XVII, foram alijadas das normas apresentadas nas nossas gramáticas porque desapareceram do português europeu. E usos europeus que se implantaram depois do Século XVII em Portugal (porque o português europeu, como qualquer língua viva, também mudou!) passaram a ser considerados como as formas “corretas” por nossos intelectuais, filólogos e gramáticos na virada do Século XIX, tão logo o Brasil se torna politicamente independente. (Lembrem-se de que eles, os gramáticos que chegaram a ver o florescimento da linguística, não estavam ainda convencidos da precedência da fala sobre a escrita!) Além disso, o português brasileiro também evoluiu e se modificou ao longo de todo o Século XX e continua a se modificar.

Em resumo: muitas das normas “prescritas” pelas gramáticas

não fazem parte da nossa gramática (nossa Língua-I), mas, por força da tradição escolar, estão presentes de forma significativa na língua escrita dos meios de comunicação e da academia. Isso criou uma grande distância entre fala e escrita, e só os indivíduos que passam pela escola podem aprender formas ausentes da primeira gramática e “mudar de gramática” em situações mais formais. Isso tem sido confundido com **adequação de linguagem**, geralmente ilustrada com exemplos que mais se referem à polidez no tratamento, ao maior ou menor nível de educação do falante, do que propriamente à adequação. Os que pregam adequação querem na verdade se referir à mudança de gramática em situações formais, o que só se pode esperar daqueles indivíduos que passaram pela escola e aprenderam normas que não fazem parte de sua gramática internalizada.

Um dos exemplos mais frequentes para os que desejam argumentar em favor da adequação linguística são as conversas depois de um jogo de futebol em oposição a uma comunicação num congresso. Colocam um indivíduo numa mesa de bar usando xingamentos para se referir ao juiz, naturalmente injusto com seu time por ter expulsado um jogador de campo. Ora, é óbvio que em qualquer lugar do mundo o torcedor faria o mesmo. Acontece que o exemplo dado no Brasil acompanha o xingamento ao juiz com um *“mandou ele pra fora do campo em razão”* e atribui o uso de “ele” ao contexto informal. Na mesma situação, um indivíduo português, independentemente do seu nível de escolaridade, xingaria igualmente o juiz e acrescentaria, sem maiores problemas, *“mandou-o pra fora do campo”*. Há aqui duas gramáticas diferentes: a do português do Brasil, que perdeu o pronome oblíquo acusativo (o), e o substituiu por duas estratégias: o uso do pronome do caso reto (ele) e o completo apagamento, referido como objeto nulo, estratégia muitíssimo mais frequente do que o “ele” em função acusativa (enquanto os europeus mantêm um sistema de clíticos para referência à terceira pessoa – “o”, “lhe” e “se” indefinido – muito forte, independentemente do nível de escolaridade). A escrita brasileira, porém, conservadora, mantém o clítico acusativo (além do dativo e do indefinido), e os falantes escolarizados e bem treinados conseguem aprender a usar esse pronome na escrita e na fala muito monitorada (embora nem sempre tenham êxito, como revelam as pesquisas da fala culta).

Outra forma equivocada de explicar “adequação linguística” é afirmar que “assim como ninguém vai a um casamento de biquí-

ni, não se pode aprovar certos usos gramaticais em determinadas circunstâncias!!! Nada mais impróprio para não dizer infeliz! Uma pessoa minimamente educada não vai a um casamento de biquíni, mas fala “eu vi ele ontem”, “teve baile ontem”, entre outras formas da gramática brasileira. Só um falante escolarizado ou com um longo contato com a leitura, portanto muito treinado, é capaz de monitorar sua fala a tal ponto de conseguir fazer essa “mudança de gramática”, que não se confunde com o uso de gírias, palavrões ou expressões inadequadas a determinados contextos. Portanto, é preciso ter muito cuidado com os exemplos que confundem **adequação de linguagem** (no sentido de cortesia, boa educação, se o momento pede, ou desembaraço, desabafo, irreverência, se o momento é descontraído) com **mudança de gramática**. Melhor seria, pois, abandonar o termo adequação, substituindo-o por mudança de gramática. E qualquer falante, com ou sem escolaridade, sabe se comportar de acordo com o contexto embora não possa mudar de gramática, o que não o torna “inadequado”.

### 3.1 “Informalidade” e “gramática”

Nesta subseção, esperamos demonstrar o que dissemos acima. Ninguém duvida que o gênero musical conhecido como o *rap*, um gênero musical urbano, incluído entre os principais elementos do *hip hop*, cultura artística iniciada na década de 70s (cf. Wikipédia) é muito popular e alcança especialmente um público mais jovem. Tampouco ignoramos que, em sua maioria, as letras dos *raps* apresentam, entre outras características que não cabe comentar aqui, muita informalidade, irreverência, particularmente na temática e no uso de termos antes considerados de baixo calão, que hoje já aparecem mesmo em matérias escritas em jornais, com sua grafia na íntegra. Como será a gramática que aparece num *rap* português? Haverá mudança de gramática num gênero tão “informal”? Vejamos parte de duas letras de *rap* lusitano:

“Fim da Ditadura” – Valete<sup>3</sup>

Revolucionário:

“Yo, Valete, o people está a preparar um K.O. definitivo a América.  
Vai haver uma concentração clandestina no México,  
 em Guadalajara... e queremos saber se vais ou não?”

Valete:

Eu sou Valete, bro, e sempre quis ser regicida  
Sacrificar a vida pela maioria oprimida  
Sem contrapartida, pela revolução sou suicida  
Reserva um bilhete de ida pra mim, tou de partida  
E vou contra América que Mao Tse Tung propagandeara  
Com a filantropia com que Platão revolucionara, outrora  
Com aquele Marxismo que Trotsky impulsionara  
Estou farto da senzala, chao, só me galas em Guadalajara  
A minha aversão ao imperialismo não sara  
Não quero fama, nem glória, dá-me só uma T-shirt de Che Guevara  
Põe-me num 7.4.7, México aqui vou  
Viajo lembrando de como a segunda torre se desmoronou  
Depois de 15 horas de voo, meu Boing aterrou  
Já fora do aeroporto, houve um bro que me identificou  
“irmão Valete, eu vim-te buscar para a concentração  
Entra no carro só faltas tu pa começar a acção”  
Chegámos ao ponto rapidamente, assim clandestinamente  
Provavelmente eu nunca vira pela frente tanta gente  
Era uma cidade subterrânea cheia de dissidentes  
Só resistentes e combatentes naquele contingente  
(...)  
(Valete) “Bin Laden!?”  
Bin Laden  
Voz alterada sem barba e com cara totalmente modificada  
Eu não o curtia mas ele era o que a América merecia [...]  
Link: <http://letras.mus.br/valete/437357/>

#### “A carta que nunca te escrevi” – Boss AC

Desde o começo não sei quem és, no fundo não te conheço  
Se calhar sou o culpado, se calhar até mereço.  
Quis confiar em ti, mas não deixaste, tu não quiseste.  
Imagino as coisas que tu nunca disseste.  
(.....)  
Porque é que não me olhas nos olhos quando pedes perdão?  
Será que é por saberes que neles vejo o reflexo do teu coração?  
E os olhos não mentem enquanto a boca o faz.  
E se ainda não me conheces então nunca me conhecerás.  
Serás capaz de fazer o que te peço?  
Desculpa-me ser maleducado, quando stresso.  
Assim me expresso, sou frio, praguejo em excesso.  
Se conseguíssemos dialogar já seria um progresso.  
(...)  
Link: <http://www.vagalume.com.br>Rap>B>Boss AC>

Nestes dois trechos do *hip hop*, como preferem se referir os portugueses ao *rap*, podemos destacar alguns aspectos que fazem parte da gramática (L1) do português europeu:

(8) No nível do tratamento: uso da segunda pessoa “tu”, nas formas verbais do indicativo e imperativo e nas formas pronominais nominativas, átonas e tônicas, além de possessivas:

- a. queremos saber se vais ou não?
- b. Reserva um bilhete de ida pra mim,
- c. só me galas em Guadalajara
- d. dá-me só uma T-shirt de Che Guevara
- e. Põe-me num 7.4.7,
- f. “irmão Valete, eu vim-te buscar para a concentração
- g. Entra no carro só faltas tu pa começar a acção”
- h. Quis confiar em ti
- i. neles vejo o reflexo do teu coração?

(9) No nível morfológico: uso do mais-que-perfeito e do futuro simples do indicativo

- a. E vou contra América que Mao Tse Tung propagandeara
- b. Com a filantropia com que Platão revolucionara, outrora
- c. Com aquele Marxismo que Trotsky impulsionara
- d. Provavelmente eu nunca vira pela frente tanta gente
- e. então nunca me conhecerás.

(10) No nível lexical: uso de *haver* existencial

- a. Vai haver uma concentração clandestina no México,

(11) No nível sintático: Colocação pronominal com próclise e ênclise segundo os padrões europeus normais na fala, com a ênclise em contexto inicial (11a,b,c) e na falta de um “operador” sintático (11d); se o operador aparece, como o elemento focalizador “só” e a negação, ocorre a próclise (11e,f):

- a. dá-me só uma T-shirt de Che Guevara
- b. dá-me só uma T-shirt de Che Guevara
- c. Põe-me num 7.4.7,
- d. “irmão Valete, eu vim-te buscar para a concentração
- e. só me galas em Guadalajara
- f. Eu não o curtia mas ele era o que a América merecia [...]



(12) No nível sintático: Ainda no nível sintático, são dignos de nota dois aspectos da segunda letra: o uso do clítico neutro “o”, completamente ausente nos dados de fala brasileira e só atestado em textos escritos com alto grau de formalidade (12a) e o predomínio do pronome sujeito tu apagado (nulo) em relação aos pronomes expressos na segunda letra, ilustrado em (12b):

a. E os olhos não mentem enquanto a boca o faz. (=enquanto a boca mente)

b. Porque é que não [ø] me olhas nos olhos quando [ø] pedes perdão?

Vejamos agora trechos de dois *raps* brasileiros:

“Jesus chorou” – Racionais MC’s

? Vai vendo a fita

Cê não acredita

Quando tem que ser, é, jáo. Pres’tenção

Vai vendo, parei pra fumar um de remédio

Com uns moleque lá e pá, trafica nos prédios

Um que chegou depois, pediu pra dar uns 2

Logo um patricio, ó, novão e os carai

Fumaça vai, fumaça vem

Chapou o coco

Se abriu que nem uma flor, ficou louco

Tava eu mais dois truta e uma mina

Num Tempra prata show filmado, ouvindo Guina

Ih, o bico se atacou, ó! Falou uma pá do cê

? Tipo o que?

? ?Esse Brown aí é cheio de querer ser

Deixa ele moscar e cantar na quebrada

Vamo ver se é isso tudo quando ver as quadrada

Periferia nada, só pensa nele mesmo

Montado no dinheiro e cês aí no veneno

E a cara dele truta?

Cada um no seu corre

Tudo pelas verde, uns mata outros morrem

(...)

Link: <http://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/jesus-chorou.html#ixzz3cyuWLpEM>

“Gabriela” – MC Yuri

Sei que não é culpa dela. Gabriela

Refrão

Sei que não é culpa dela, Gabriela

Te amo mas não largo minha favela

O problema é o preconceito do pai dela, Gabriela

Te amo mais não largo minha favela

Seu pai quis deprimir

Pediu pra decidir, Entre favela e o seu amor.

Quis me criticar e até me rejeitou

Mas foi o meu jeito que te conquistou,

Meu boné de aba reta

Meu modo de vestir, mas o meu caráter

Não vai te ferir. A bolsa de estudo que ganhei

Onde ela estuda, me fez a conhecer e ir ao mundo da Lua

Com honestidade, na minha correria

Em minha comunidade não respeitam patricinha

Se tenho que escolher, que teve um fim e terminou

Pena que seu pai acabou com nosso amor, Com nosso amor.

(...)

Link: <http://www.vagalume.com.br/mc-yuri/gabriela.html#i-xzz3cPxxtX8e>

Vejamos alguns aspectos da gramática do português brasileiro:

(13) No nível do tratamento: mistura de “tu” e “você”, aqui ilustrada com o imperativo (correspondente ao quadro canônico de “tu” e o uso de você), típico do PB e resultante da plena gramaticalização de você no nosso quadro pronominal (LOPES & CALVACANTE, 2011, entre muitos outros).

- a. ? Vai vendo a fita
- b. Cê não acredita
- c. Vai vendo, parei pra fumar um de remédio
- d. Montado no dinheiro e cês aí no veneno

(14) No nível morfológico: uso da forma regular do verbo ver no futuro do subjuntivo em vez da forma considerada norma da escrita padrão (vir) e uso das formas reflexivas tônicas com os pronomes nominativos seguidos de “mesmo”, que substituem as formas canônicas do paradigma “si”:

- a. Vamo ver se é isso tudo quando ver as quadrada
- b. Periferia nada, só pensa nele mesmo

(15) No nível morfossintático: uso variável de marcas de concordância verbal e nominal

- a. Com uns moleque lá e pá, trafica nos prédios
- b. Tava eu mais dois truta e uma mina
- c. Vamo ver se é isso tudo quando ver as quadrada
- d. Tudo pelas verde, uns mataoutros morrem

(16) No nível sintático: colocação pronominal brasileira com próclise generalizada, seja ao verbo flexionado seja ao verbo principal de uma locução verbal, mostrando que a cliticização no PB se faz da esquerda para a direita

- a. Se abriu que nem uma flor, ficou louco
- b. Te amo mas não largo minha favela
- c. me feza conhecer
- d. Quis me criticar
- e. Não vai te ferir

(17) No nível sintático: Destacamos na primeira letra brasileira o uso típico da nossa gramática: o emprego do pronome nominativo pelo acusativo, comentado na seção precedente:

Deixa ele moscar e cantar na quebrada

Ao contrário do que pensam os críticos da sintaxe do português brasileiro, esta construção privilegia os pronomes nominativos não só na terceira pessoa, mas nas três pessoas do discurso (“*deixa eu entrar*”), embora os gramáticos tenham se fixado no uso de ele/ela; no exemplo em (17), não temos um uso de ele na função de objeto direto (“*vi ele ontem*”), mas na função de sujeito do verbo “moscar”, o que já o torna “menos saliente” aos ouvidos desses mesmos críticos e já favorece seu uso mesmo na fala de jornais de rádio e TV e na escrita jornalística.

Em síntese, excetuando as reduções na pronúncia de certas palavras, próprias das duas variedades, o que essas letras nos revelam é que a gramática que aparece nesse gênero musical em Portugal não é uma gramática aprendida na escola, como uma L2, mas é parte da aquisição dos portugueses. As letras brasileiras, por outro lado, revelam o que temos de mais característico na nossa gramática adquirida

sem deixar de ocasionalmente introduzir um traço da gramática da escola. Nossa conclusão: os portugueses são tão “adequados” quanto os brasileiros, cada um “com sua gramática”.

## Considerações finais

Pelo que vimos na seção precedente, a gramática da escrita do Brasil tem mais semelhanças com a gramática dos portugueses do que com a gramática dos brasileiros e sabemos a que se deve essa diferença. Daí associarmos a gramática da escola à formalidade. Naturalmente ela é formal porque não é natural para nós. E, à medida que o falante tem mais contato com a gramática da escrita mais ele tende a pôr em prática os modelos aprendidos. Uma interessante evidência de que inserimos esses traços dessa segunda gramática à medida que produzimos gêneros mais formais nos é fornecida por FREIRE (2005, 2011), que analisa amostras de escrita brasileira e lusitana ao longo de um *continuum* [-letramento/+letramento] ou [-formal/+formal], segundo proposta de BORTONI-RICARDO (2004). Freire utiliza para representar o extremo [-formal] textos de quadrinhos, mais próximos da fala, chegando ao extremo [+formal] com ensaios publicados em revistas dirigidas a um público mais letrado. Os dois fenômenos estudados são o uso do clítico acusativo e do dativo para referência à terceira pessoa e suas formas alternativas.

Se pensarmos no que vimos em relação aos *raps* portugueses não nos espantaremos com os achados de Freire. A amostra brasileira revela um aumento no uso dos dois clíticos, à medida que aumenta o grau de formalidade do texto enquanto a amostra portuguesa revela estabilidade no uso de ambos os pronomes. Ou seja: esses clíticos fazem parte da gramática do europeu e uma criança que lê revistas em quadrinhos entende frases como “*Peguem-no! Peguem-no!*, que seriam incompreensíveis para a brasileira, que vai ler “*Peguem ele! Peguem ele!!!* Vemos então que todas essas considerações sobre “adequação” e “informalidade” têm entre nós um significado que não pode ser ignorado por professores e autores de livros didáticos.

Em relação à gramática que deve ser ensinada na escola é importante saber que a escrita de hoje não é mais a que aparece nas gramáticas tradicionais. Além de sucessivas gerações de usuários da escrita terem levado os traços da sintaxe brasileira contrariada pela codificação das normas no passado, outros traços que vieram a se implementar na fala já estão também estampados na nossa escrita.

Isso torna as descrições da escrita brasileira mais difíceis de sistematizar mas, ao mesmo tempo, nos faz entender o que está por trás da gramática do letrado brasileiro (KATO, 2005). Ao mesmo tempo que a próclise generalizada da fala brasileira se implementa na escrita, surgem casos de ênclise em contextos em que essa colocação nunca seria usada no português europeu (ver, entre outros VIEIRA, 2002). E isso não ocorre só na escrita de jovens inexperientes no domínio da escrita, mas na de famosos colunistas de jornais de ampla circulação. Talvez por acharem que isso confere ao texto mais solenidade! Ou mais formalidade? Entre os inúmeros trabalhos acadêmicos, escritos de maneira legível a um público mais amplo e facilmente compreendidos pelos que se dedicam a escrever livros didáticos, citamos os artigos em PAIVA & GOMES (2014), que mostram a dinâmica da variação na fala e na escrita. Os estudos ali descritos e muitos outros referidos poderão ajudar a entender que fala e escrita são variáveis.

Finalmente uma palavra sobre a maneira pela qual aqueles que se dedicam à formação de professores têm lidado com a variação na fala e a necessidade de tornar acessível um modelo de escrita com formas ausentes da língua oral. Tem-se falado muito em “intervenção pedagógica” através de “sequências didáticas”, que em geral focalizam variantes estigmatizadas na fala, com o objetivo de combater o preconceito e ensinar supostas formas de prestígio. Um exemplo é o uso do pronome “a gente” com a forma verbal apresentando a desinência <-mos>. Será que os que se dedicam a tais intervenções (uma palavra não muito feliz) se dão conta de que a construção “*a gente vamos*” em algumas comunidades de fala é um marcador regional e não é sujeito a avaliação negativa?; que no português europeu urbano a mesma construção é mais frequente do que no português brasileiro urbano, talvez pelo fato de que “a gente” ainda não parece estar plenamente gramaticalizado nesta variedade e ainda retém seu traço de nome coletivo? Tratar as diferentes formas variantes de maneira natural e mostrar aos alunos como os brasileiros compartilham essas variantes da fala pode ter um efeito positivo na aplicação das chamadas sequências didáticas. Alguns dos mais bem descritos fenômenos variáveis na fala aparecem em MARTINS & ABRAÇADO (no prelo). O mapeamento de fenômenos variáveis na sintaxe do português brasileiro ali descritos sem dúvida darão ao leitor a consciência de que a sintaxe do português brasileiro tem distribuição muito regular pelo país: isso significa regularidade nos índices muito baixos de clíticos

de terceira pessoa, índices muito altos de “a gente”, sendo poucos os fenômenos morfossintáticos mais sujeitos à variação diatópica, o que é mais frequente em relação à fonologia segmental e à prosódia.

O conhecimento da gramática da fala e da escrita brasileira atual ajuda a resolver o problema de lidar com um modelo anacrônico, que “não faz sentido para a maioria da população e acaba por embarçar não só o ensino de português como o próprio funcionamento social da norma culta/comum/standard”, como ressalta FARACO (2008:146). Falta reconhecermos esse fato, falta a consciência de que formar um bom leitor e usuário da escrita significa expô-lo a toda essa variação sem privilegiar uma ou outra variante.

## ABSTRACT

This article discusses some concepts of grammar, in an attempt to show that there are only two meanings and that they are not in complementary distribution as some linguistic publications addressed to students usually suggest. Once reviewed the meaning of grammar as the knowledge every speaker has of his language, we will turn our attention to what has been called “linguistic adequacy”, showing the misunderstanding that underlies this concept, which leads to the opposition “informality” / “formality”. As we will see, such opposition is related to rules that belong to different grammars and only speakers with longer exposure to the “grammar of school” can “change their grammar”, particularly in writing. A brief analysis of Portuguese and Brazilian *raps and funks*, very popular musical genres, will bring empirical evidence to our statements, showing what is “informality” and what is “grammar”. Our final remarks will concentrate on the importance of teaching the “grammar of writing” based on contemporary descriptions, without ignoring this will mean a big step for students and they must be aware of that. Recent proposals of “pedagogical intervention” with the purpose to teach new rules which are not part of the students’ performance seem fair and necessary, but it is important to value the students’ grammar in order not to deepen linguistic prejudice.

KEYWORDS: Concepts of grammar; style and grammar; linguistic adequacy; speech and writing

## REFERÊNCIAS

- ABAUURRE, Maria Bernadete (Org.). *A construção fonológica da palavra: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.
- BRANDÃO, Silvia & Silvia R. VIEIRA. *Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português*. Alfa, 56(3), 1035-1064, 2012.
- CASTILHO, Ataliba de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COLLISCHONN, Gisela. O sistema vocálico do português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 5ed., p. 99-165, 2010.
- CUNHA, Celso F. da. & Luís F. Lindley CINTRA. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Maria Eugênia L. Sobre o ensino de gramática nos níveis fundamental e médio: por que, quando e como? *Revista Matraca*, v. 19, nº30, p. 41-60, 2012.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. 8ª edição. São Paulo: Cultrix, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FREIRE, Gilson C. *A realização do acusativo e dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.
- FREIRE, Gilson C. Acusativo e dativo anafóricos na escrita brasileira e lusitana. *Revista da ABRALIN*, vol. 10 (1), p. 11-32, 2011.
- GALVES, Charlotte M. C. A Sintaxe do Português brasileiro. In: *Ensaio de Linguística*, v. 13, p. 31-50, 1987.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Ed., 2009.
- ILARI, Rodolfo & M. Helena de M. NEVES (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 2, 2008.
- ILARI, Rodolfo (Org.). *Palavras de classe aberta: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

ILARI, Rodolfo (org.). *Palavras de classe fechada: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

JUBRAN, Célia Cândida A. S. & Ingedore G.V. KOCH( Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 1, 2006.

KATO, Mary A. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: M. A. Marques, E. Koller; J. Teixeira & A. S. Lemos (orgs.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), p. 131-145, 2005.

KATO, Mary A. & Milton do NASCIMENTO (Orgs.) *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 3, 2009.

KATO, Mary A. & Milton do NASCIMENTO (Orgs.) *A construção da sentença: Gramática do português culto falado no Brasil*, v. II. São Paulo: Contexto, 2015.

KURY, Adriano da G. *Pequena Gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. 9 ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1964.

LOPES, Célia R. dos S. & Sílvia R. de O. CAVALCANTE. A cronologia do vocameento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. In: *Revista Linguística*, Santiago de Chile, v. 25, p.30-65, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.linguisticafal.org/25\\_linguistica\\_030\\_065.pdf](http://www.linguisticafal.org/25_linguistica_030_065.pdf)>.

MARTINS, Marco A. & Jussara ABRAÇADO (Orgs.) *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto. No prelo.

MATEUS, M. Helena M.et al (Orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho Editorial, 2003.

NARO, Anthony & Marta SCHERRE. Estabilidade e mudança linguística em tempo real: a concordância de número. In: M. C. Paiva & M. El. L. Duarte (Orgs.) *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2003.

NEVES, M. Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PAIVA, M. Conceição & Christina A. GOMES (Orgs.) *Dinâmica da Variação na Fala e na Escrita*. Rio de Janeiro, ContraCapa, 2014.

PAGOTTO, Emílio G. *Norma e condescendência; ciência e pureza*. Língua e Instrumentos Linguísticos, 1 (2), 1998.

PAGOTTO, Emílio G. A Norma das Constituições e a Constituição da Norma no Século XIX. *Revista Letra*, v. 1, p. 31-46, 2013.

RAPOSO, Eduardo P. et alii. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

VIEIRA, Sílvia R. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira*



*e moçambicana*: para a definição da natureza do clítico em português. Tese de doutorado, UFRJ. 2002.

#### FONTES DIGITAIS

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rap>. Acesso em Junho/2015

<http://letras.mus.br/valete/437357/>. Acesso em Agosto/2012.

<http://www.vagalume.com.br>Rap>B>Boss> AC. Acesso em Maio/2015.

<http://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/jesus-chorou.html#ixzz3cyuWL-pEM>. Acesso em Maio/2015.

<http://www.vagalume.com.br/mc-yuri/gabriela.html#ixzz3cPxxtX8e>. Acesso em Maio/2015.

#### NOTAS

<sup>1</sup>Este artigo retoma algumas ideias em Duarte (2012), que argumentou em favor do ensino de gramática na escola, a partir do Ensino Fundamental 2, concentrado-se principalmente no por que, no *quando*, no *como* ensinar. Buscamos aqui refinar alguns conceitos ali presentes e delinear um quadro sobre que gramática ensinar na escola.

<sup>2</sup>Agradecemos a Silvia Cavalcante, docente do Departamento de Vernáculos da Faculdade de Letras da UFRJ, pela sugestão deste exemplo.

<sup>3</sup>Agradecemos a Beatriz Protti Christino, docente do Departamento de Vernáculos da Faculdade de Letras da UFRJ, por ter indicado este texto e ter sugerido usar esse gênero para ilustrar o conceito de gramática

---

Recebido em 30 de maio de 2015

Aprovado em 15 de junho de 2015